

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 12-04-2010, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

15 de Janeiro de 2010. — O Juiz de Direito, *Herculano José R. Esteves*. — O Oficial de Justiça, *Maria Isaura Silva Castro*.

302803948

Anúncio n.º 2586/2010

Processo n.º 120/09.6TBPVL-B — Prestação de contas de administrador (CIRE)

Insolvente: Miguel António de Sá Sampaio

O Dr. Herculano José R. Esteves, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente Miguel António de Sá Sampaio, NIF 218842210, BI — 11328701, Endereço: Vilarinho, Nossa Senhora do Amparo, 4830-000 Póvoa de Lanhoso,

notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Póvoa de Lanhoso, 15 de Fevereiro de 2010. — O Juiz de Direito, *as) Dr(a). Herculano José R. Esteves*. — O Oficial de Justiça, *as) Maria Isaura Silva Castro*.

302922467

3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA MARIA DA FEIRA

Anúncio n.º 2587/2010

Publicidade da Prestação de contas administrador (CIRE) nos autos de Insolvência

Insolvência — Processo n.º 4030/08.6TBVFR-D

Insolvente: Francisco Jesus Pereira e Maria Isabel Gomes da Rocha Pereira, (Apresentação)

O Dr. Dr(a). Rui Sanches e Silva, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente Francisco Jesus Pereira, estado civil: Casado, NIF — 102148333, Endereço: Rua da Ribeira Brava, N.º 24, 1.º Esq., Fiães, 4505-285 Fiães e Maria Isabel Gomes da Rocha Pereira, estado civil: Casado, nascido(a) em 07-01-1957., Endereço: Rua da Ribeira Brava, N.º 24, 1.º Esquerdo, Fiães, 4505-285 Fiães, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Data: 11-02-2010. — Nome: *Dr. Rui Sanches e Silva*, cargo: Juiz de Direito. — Nome: *Maria Graça Azevedo Duarte*, cargo: Oficial de Justiça.

302910981

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTO TIRSO

Anúncio n.º 2588/2010

Insolvência pessoa colectiva (Requerida) Processo: 4296/09.4TBSTS —

Requerente: José Ferreira (Paciência) & Filhos, L.^{da}
Insolvente: Certimerito — Construções e Decoração, L.^{da}
Certimerito — Construções e Decoração, L.^{da}, NIF — 507999606,
Endereço: Rua de Clichy-Lote 57, Bloco C1, 4780-735 Santo Tirso.
Dr(a). J. Dinis de Almeida, — NIF. 175612390- Endereço: R Sousa Tropa, 70-1.º, 4780-554-Santo Tirso.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência de massa

Efeitos do encerramento: os do art. 233.º do CIRE.

Data: 26-02-2010. — O Juiz de Direito, *Dr.ª Gisela Maria Ferreira Lopes*. — O Oficial de Justiça, *Carla Albuquerque*.

302977507

4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTO TIRSO

Anúncio n.º 2589/2010

Processo n.º 395/10.8TBSTS — Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)

Insolvente: HORTITIRSO, L.^{da}

Credor: Banco Credibom, S. A., e outro(s).

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Santo Tirso, 4.º Juízo Cível de Santo Tirso, no dia 04-02-2010, às 14:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

HORTITIRSO, L.^{da}, NIF 508252547, Endereço: Rua do Padroeiro, N.º 589, Burgães, 4780-120 Santo Tirso, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor: Pedro Manuel Moreira Monteiro, NIF 208873872, Endereço: Rua do Padroeiro, 589, 4780-120 Burgães, Santo Tirso, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr.ª Dalila Lopes, NIF 185146210, Endereço: Rua Camilo Castelo Branco, 21, 1.º Direito, 4760-127 Vila Nova de Famalicão.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º do CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 29-04-2010, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

5 de Fevereiro de 2010. — O Juiz de Direito, *Dr. Rui Barbedo*. — O Oficial de Justiça, *Goreti Liquito*.

302887476

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VALONGO

Anúncio n.º 2590/2010

Processo n.º 3306/09.0TBVLG — Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Despacho Inicial Incidente de Exoneração Passivo Restante e Nomeação de Fiduciário nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Cláudia Alexandra Moreira da Silva, estado civil: Separação judicial de pessoas e bens, concelho de Porto, freguesia de Paranhos [Porto], nacional de Portugal, NIF 222048697, BI 11427082, Endereço: Rua Padre Joaquim Lopes dos Reis, 77, 1.º Direito, Valongo, 4440-685 Valongo

Dr. Nuno Albuquerque, Endereço: Rua Bernardo Sequeira, 78 — 1.º SI 1, Apartado 3033, 4710-358 Braga

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado: o Administrador da insolvência acima referenciado, Dr. Nuno Albuquerque, Endereço: Rua Bernardo Sequeira, 78 — 1.º SI 1, Apartado 3033, 4710-358 Braga

Durante o período de cessão, o devedor fica obrigado (5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a:

Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado;

Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto;

Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão;

Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego;

Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

10-03-2010. — O Juiz de Direito, *Dr. Soares Vieira*. — O Oficial de Justiça, *Mariana Fernanda Bessa Vieira*.

303012108

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Anúncio n.º 2591/2010

Processo n.º 920/08.4TJVNF-K

Prestação de contas pelo administrador

O Dr.ª Filipa Afonso Aguiar, juíza de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e o insolvente Cunha Guimarães & Sousa, Representações Têxteis, L.ª, número de identificação fiscal 502594519, endereço na Rua de D. Afonso Henriques, lote 12, apartado 1009, Esmeriz, 4760-000 Vila Nova de Famalicão, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

É administradora de insolvência a Dr.ª Dalila Lopes, número de identificação fiscal 185146210, telefone 252302940, com domicílio na Rua de Camilo Castelo Branco, 21, 1.º, Vila Nova de Famalicão.

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

11 de Janeiro de 2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Filipa Afonso Aguiar*. — O Oficial de Justiça, *Teresa Barroso*.

302785318

Anúncio n.º 2592/2010

Insolvência Pessoa Colectiva (requerida)

Nos Juízos de Competência Cível de Vila Nova de Famalicão, 1.º Juízo Cível de Vila Nova de Famalicão, nos autos de Insolvência n.º 4326/09.0TJVNF, no dia 18-01-2010 pelas 15:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora “Dirbelfleur — Unipessoal, L.ª”, com sede na Rua da Indústria, n.º 86, 4770-160 Jesufrei, Vila Nova de Famalicão.

Para Administradora da Insolvência é nomeada a Dr.ª Dalila Lopes, com escritório na Rua Camilo Castelo Branco, 21-1.º Dto, 4760-127 Vila Nova de Famalicão.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter PLENO (alínea i do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.